



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006885-59.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Impugnante: **Sistema Fácil Incorporação Imobiliária São Carlos V Spe Ltda**
 Impugnado: **Marinêz Dias da Silva dos Santos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A ré Sistema Fácil Incorporação Imobiliária São Carlos V SPE Ltda. impugnou por meio deste incidente os benefícios da justiça gratuita requeridos pelos autores Marinêz Dias da Silva dos Santos e Elizeu Antonio dos Santos, aduzindo que os autores compraram imóvel em condomínio fechado, contrataram advogado particular, pagaram valores vultosos e exercem atividade laboral remunerada.

Os impugnados, em manifestação de folhas 11/14, afirmam que adquiriram seu primeiro imóvel nas condições favoráveis criadas pelo Governo Federal para atender aos cidadãos de baixa renda, trabalhando o impugnado como operador de máquinas enquanto que a impugnada trabalha como serviços gerais, fazendo jus aos benefícios tutelados pela Lei 1.060/50.

Relatei. Decido.

O presente incidente tende ao insucesso.

Em que pese as alegações da impugnante, não trouxe ela qualquer documento apto a desqualificar a hipossuficiência financeira dos impugnados. O ônus da prova, em impugnação aos benefícios da justiça gratuita, recai sobre o impugnante, que necessita instruir o incidente com provas robustas acerca de suas afirmações.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

3039209-78.2013.8.26.0224 Apelação / Corretagem

Relator(a): Clóvis Castelo

Comarca: Guarulhos

Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 07/04/2014

Data de registro: 07/04/2014

Ementa: “IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - IMPUGNAÇÃO DESPROVIDA DE PROVA CABAL DE INVERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE POBREZA - REVOGAÇÃO DA BENESSE - DESCABIMENTO - IMPUGNANTE QUE PRETENDE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA QUE O IMPUGNADO APRESENTE DECLARAÇÕES DE RENDA - DESCABIMENTO - RECURSO DESPROVIDO. Simples alegação de que o impugnado possui profissão definida (corretor), é proprietário de imóvel e veículo automotor e contratou advogado para patrocinar-lhe ação de reparação de dano por acidente automobilístico, por si só, não é suficiente para revogar a assistência judiciária anteriormente concedida. Deferida a gratuidade processual, cabe à parte adversa instruir a impugnação com provas cabais de que o impugnado não faz jus à justiça gratuita, nos termos do art. 7º da Lei 1060/50. O indeferimento de prova documental (determinação para que o impugnado exiba as últimas declarações de renda) não configura cerceio de defesa. Hipótese em que a prova documental reclamada configura tentativa de inversão do ônus da prova, em ofensa ao disposto no art. 7º da Lei 1060/50.”

0001616-41.2013.8.26.0006 Apelação / Direito de Vizinhança

Relator(a): Berenice Marcondes Cesar

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 12/08/2014

Data de registro: 19/08/2014

Ementa: “IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA. Revogação do benefício. Impossibilidade. Impugnante que descumpriu o ônus de prova que lhe cabia. Por se tratar de presunção “juris tantum”, todavia, o benefício da assistência judiciária gratuita pode ser revogado a qualquer tempo e em qualquer fase do processo, desde que comprovada a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão. Benefício mantido. Reforma da r. sentença. RECURSO DO IMPUGNADO PROVIDO.”

0004771-24.2011.8.26.0038 Apelação / Prestação de Serviços

Relator(a): Claudio Hamilton

Comarca: Araras

0006885-59.2015.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 22/07/2014

Data de registro: 24/07/2014

Ementa: “IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA Não há demonstração de cumprimento com o ônus da prova que cabia ao apelante desde o início da impugnação (art. 7º, Lei nº. 1.060/50, e art. 283 cc. art. 333, I, CPC) - Prevalece a alegação de hipossuficiência da parte - Recurso desprovido.”

3039209-78.2013.8.26.0224 Apelação / Corretagem

Relator(a): Clóvis Castelo

Comarca: Guarulhos

Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 07/04/2014

Data de registro: 07/04/2014

Ementa: “IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - IMPUGNAÇÃO DESPROVIDA DE PROVA CABAL DE INVERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE POBREZA - REVOGAÇÃO DA BENESSE - DESCABIMENTO - IMPUGNANTE QUE PRETENDE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA QUE O IMPUGNADO APRESENTE DECLARAÇÕES DE RENDA - DESCABIMENTO - RECURSO DESPROVIDO. Simples alegação de que o impugnado possui profissão definida (corretor), é proprietário de imóvel e veículo automotor e contratou advogado para patrocinar-lhe ação de reparação de dano por acidente automobilístico, por si só, não é suficiente para revogar a assistência judiciária anteriormente concedida. Deferida a gratuidade processual, cabe à parte adversa instruir a impugnação com provas cabais de que o impugnado não faz jus à justiça gratuita, nos termos do art. 7º da Lei 1060/50. O indeferimento de prova documental (determinação para que o impugnado exiba as últimas declarações de renda) não configura cerceio de defesa. Hipótese em que a prova documental reclamada configura tentativa de inversão do ônus da prova, em ofensa ao disposto no art. 7º da Lei 1060/50.”

A contratação de advogado particular não desmerece os benefícios da justiça gratuita, ainda mais quando se trata de contrato que prevê que os honorários corresponderão a 30% dos ganhos ou vantagens com o processo.

Diante do exposto, rejeito a presente impugnação aos benefícios da justiça gratuita. Sem condenação em honorários sucumbenciais. **Certifique-se nos autos principais.**

P.R.I.C.

0006885-59.2015.8.26.0566 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 29 de julho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**